



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1400/2022-PMS, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.

POLÍTICA MUNICIPAL DE
ATENDIMENTO INTEGRADO ÀS
VÍTIMAS DE ESCALPELAMENTO NOS
ACIDENTES COM EIXOS DOS
MOTORES DE EMBARCAÇÕES NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA
NO ESTADO DO AMAPÁ.

SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA, Prefeito Municipal de Santana, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso VI, do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Santana, faz saber que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Política Municipal de Atendimento Integrado às vítimas de escarpelamento nos acidentes com eixos dos motores de embarcações no âmbito do Município de Santana no Estado do Amapá.

Art. 2º O escarpelamento acontece quando o cabelo enrosca no volante e no eixo dos motores estacionários adaptados aos barcos, arrancando parcial ou totalmente o couro cabeludo, podendo mutilar e deformar orelhas e pálpebras. A maior incidência é na foz do Rio Amazonas. Crianças, adolescentes e jovens do sexo feminino, incumbidas de retirar a água do assoalho dos barcos ou quando apanham algum objeto que tenha caído, são a maioria das vítimas. Alguns homens também sofrem escarpelamento ou mutilações.

Parágrafo Único. As consequências do escarpelamento são muito graves e variam conforme as áreas afetadas no acidente, como crânio, pálpebras, orelhas e face. As principais sequelas incluem dores de cabeça ou cervicais crônicas, dificuldade na audição, fala e visão. Essas disfunções comprometem a qualidade de vida, o lazer e o emprego das vítimas, que muitas vezes ficam impossibilitadas de trabalhar.

Art. 3º O atendimento às vítimas de escarpelamento nos acidentes com eixos dos motores de embarcações será prestado de forma integrada pelos serviços de:

- I - saúde;
- II - educação; e
- III - assistência social.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 4º São garantidos, para o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às necessidades de saúde dos atendimentos às vítimas de escarpelamento.

Parágrafo Único. Avaliação por equipe multiprofissional do sistema de saúde municipal, com retaguarda hospitalar de alta complexidade, atendimento interdisciplinar que envolve profissionais do Serviço Social, Psicologia, Terapia Educacional e Educação.

Art. 5º São garantidos, o acesso de forma prioritária a ações, programas e serviços de assistência social, com vistas à atenção às necessidades e consequências sócio-econômicas para o paciente e familiares.

Art. 6º É garantida a educação às vítimas de escarpelamento dentro do mesmo ambiente escolar dos demais e, para tal, o Município se responsabiliza por:

Parágrafo Único. Capacitar todos profissionais que atuam nas escolas do Município para o acolhimento e a inclusão dos alunos vítimas de escarpelamento.

Art. 7º É obrigatório para o Município garantir informação, conscientização, prevenção e controle com o apoio da Marinha do Brasil.

Parágrafo Único. A Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos, oferece e instala gratuitamente a proteção do motor.

Art. 8º O Município poderá estabelecer convênios e termos de parceria com pessoas jurídicas de direito público ou privado, com o propósito de fazer cumprir uma ou mais das determinações desta Lei.

Art. 9º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Parágrafo Único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 10 A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo Único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Art. 11 É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 12 A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

- I- Proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II- Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;
- III- Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

§ 2º Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal **ROSALINA MATOS**, em Santana-AP, 10 de janeiro de 2022.


SEBASTIAO FERREIRA DA ROCHA
Prefeito Municipal de Santana